



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 24 | Jan./Jun. de 2021

Clovis Ramiro Jucá Neto

Universidade Federal do Ceará / UFC.

clovisjuca@gmail.com

Herbert de Vasconcelos Rocha

Centro Universitário INTA / UNINTA

Centro Universitário Sete de Setembro / UNIT7.

herbert@herbertrocha.com.br

NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CASAS DE CÂMARA E CADEIA DO ICÓ E SOBRAL: contribuição para História da Arquitetura Cearense.

RESUMO

Icó e Sobral foram os núcleos urbanos mais importantes do sertão cearense do período colonial e provincial. Suas Casas de Câmara e Cadeia ainda preservam a volumetria que tinha no último quartel do oitocentos. O presente artigo apoia-se em fontes primárias para apresentar aspectos arquitetônicos e construtivos destes edifícios na Província do Ceará.

Palavras-chave: Casa de Câmara e Cadeia. Ceará. Século XIX.

NOTES ON THE CONSTRUCTION OF CHAMBER HOUSES AND JAIL OF ICÓ AND SOBRAL: Contribution to the History of Ceará's Architecture.

ABSTRACT

Icó and Sobral were the most important urban centers in the hinterland of Ceará during the colonial and provincial time. Their Town Hall and Jail still preserve the external form they had in the last quarter of the 1800s. This article draws on primary sources to present architectural and constructive aspects of these buildings in the Province of Ceará.

Keywords: Town Hall and Jail. Ceará. XIX Century

Introdução¹

Este artigo trata de aspectos arquitetônicos e construtivos das Casas de Câmara e Cadeia das cidades do Icó e Sobral, na Província do Ceará, cujas obras foram iniciadas no século XVIII e finalizadas no século XIX. Era comum que a construção se fizesse em duas etapas ou mais, começando pela cadeia no térreo, seguida do pavimento superior para as reuniões da Câmara.

Sobre a Casa de Câmara e Cadeia de Icó (Fig. 1) serão trabalhados os relatórios da Comissão de Obras, referentes aos anos de 1857 a 1861, do acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará (APECE). O conjunto dos documentos é composto por manuscritos e dois desenhos. Quanto à Sobral, os documentos evidenciam cinco momentos na construção Casa de Câmara e Cadeia (Fig. 2). Quatro são relativos à volumetria e um aos acabamentos e elementos de fachada. As fontes primárias disponíveis estão disponíveis no APECE e NEDHIS², este correspondendo aos anos 1853 a 1879 e aquele ao período 1834 a 1854, ambos não sequenciados. A análise da documentação permite uma leitura de parte da história social do Icó e Sobral e mesmo do Brasil; identifica a arquitetura como símbolo da justiça; reconhece a segurança pública como uma problemática urbana; evidencia as aspirações dos funcionários locais dentre outros aspectos. Pouco se sabe sobre a construção da arquitetura cearense oitocentista, mesmo aquela relativa aos edifícios representativos do poder oficial, como as Casas de Câmara e Cadeia.

Figura 01 – Casa de Câmara e Cadeia do Icó.



Fonte: Foto de Clovis Jucá.

¹ Resultado de pesquisas de Jucá Neto (2012) e dissertação de mestrado de Rocha (2017).

² NEDHIS – Núcleo de Estudos e Documentação Histórica. Arquivo do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) criado em 2001.

Figura 02 - Casa de Câmara e Cadeia de Sobral.



Fonte: Foto de Herbert Rocha.

O edifício da Casa de Câmara e Cadeia como o símbolo da justiça.

As Cartas Régias Fundacionais setecentistas das vilas cearenses evidenciam a presença das Casas de Câmara e Cadeia como símbolos representativos da justiça, da autoridade portuguesa no espaço intra-urbano. A persistência do debate e a finalização das obras no século XIX confirmam a importância do edifício como marcos materiais da autoridade do Estado, da administração da justiça no oitocentos. Não foi à toa que na metade do século, em 1857, o Vice-Presidente da Província do Ceará, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, enalteceu a importância das cadeias para a Província.

Não é lícito desconhecer-se a influência, que as cadeias públicas exerciam sobre a segurança individual, e *administração da justiça*. As cadeias dispõem grande parte da força pública e realizam economias que podem com vantagens ser aplicadas à sua construção e reparos (GUIMARÃES, 1867, p. 10) (Grifo nosso).

Para o dirigente, a falta das prisões adequadas nos sertões implicava na perigosa condução dos criminosos para outros lugares com prejuízo da disciplina. Destacando a importância destas edificações nos diversos lugares da província, o Presidente Guimarães requereu a consignação de uma verba unicamente destinada para a conclusão das cadeias públicas do Ceará.

A CASA DE CÂMARA E CADEIA DO ICÓ

A Vila do Icó na Capitania do Ceará

Localizado no cruzamento das principais estradas setecentistas no Ceará – a estrada Geral do Jaguaribe e a estrada Nova das Boiadas – e nas margens do rio

Salgado, afluente do rio Jaguaribe, o Arraial de Nossa Senhora do Ó adquiriu estatuto de Vila do Icó em 1736 revelando o interesse português em relação ao lugar. A situação geográfica do Icó assegura sua importância dentro do sistema da pecuária – atividade econômica que atribuiu forma e conteúdo à Capitania do Ceará. O Icó foi elevado à condição de cidade no ano de 1842.

As primeiras informações da Casa de Câmara e Cadeia do Icó

As primeiras notícias a respeito da Casa de Câmara e Cadeia do Icó são ainda do século XVIII. De acordo com os *Extractos dos assentos do antigo senado do Icó, desde 1738 até 1835*, coligidos pelo Doutor Théberge³, a Provisão Régia de 2 de setembro de 1741 estabeleceu, para a construção da cadeia, uma “finta lançada sobre o povo” (THÉBERGE, 1911, p. 224). Foi determinado que se chamassem dois homens de ‘boa consciência’ de cada ribeira da região, com o intuito de estabelecer a contribuição de cada munícipe, a fim de perfazer cinco mil cruzados.

Segundo Théberge (1911), em 18.04.1780, foi lançado um requerimento assinado pelos habitantes do Icó e seu termo, despachado pelo ouvidor, ordenando a suspensão da obra da cadeia e a anulação do contrato feito com o sargento-mor José Bernardes Nogueira que, comprometendo-se em fazer os alicerces do edifício em pedra, os fazia com barro. Uma comissão foi nomeada para desmanchá-los, passando em seguida a dirigir a obra. Em 1784, novamente o senado do Icó suspendeu a construção da cadeia pública, pelo fato de que o mesmo José Bernardes Nogueira continuava executando a obra em pedra e barro.

Em agosto de 1836, o inglês George Gardner (1975) deixou a vila do Aracati, no litoral cearense, em direção ao Icó. Lá chegando, viu uma vila com aproximadamente seis mil habitantes, localizada em uma vasta planície, limitada a “leste pela Serra do Pereira e ao oeste por uma cadeia de montes bem mais baixos” (GARDNER, 1975, p. 87). O núcleo consistia basicamente de “três ruas principais”, que corriam no sentido norte-sul, cortadas por outras menores. A vila possuía quatro igrejas, “um sólido cárcere” e um mercado onde se vendia “carne verde, carne seca, farinha, sal, rapadura, abóboras, abacaxis, melões, melancias, laranjas e limas” (GARDNER, 1975, p. 87).

³ Sobre Theberge ver Lavor (2018), Jucá Neto (2016).

No início da segunda metade do século XIX, Freire Alemão⁴, o médico encarregado da Comissão Científica que percorreu a Província do Ceará entre os anos de 1859 e 1861, descreveu o Icó, em seu diário, com casas quase todas térreas. Em seu diário, Freire Alemão não fez qualquer referência à Casa de Câmara e Cadeia. Mas ao retornar ao Rio do Janeiro, sabendo da morte do Doutor Pedro Théberge, médico francês que conheceu no Icó, Freire Alemão lembrou ter sido Théberge o autor do risco do Teatro, além de ter “melhorado muito a Cadeia do Icó [...] fazendo-lhe repartições”.

A autoria do risco: o doutor Pedro Théberge.

Pedro Théberge nasceu em 1811, em Marcé, na França. Em 1832, obteve o título de Bacharel em Letras pela Universidade de Paris. Pela mesma instituição doutorou-se em Medicina em 03.07.1837, ano em que foi para Pernambuco. Em 1842, foi uma das pessoas que recepcionou o Eng. Vaultier em Recife (Freyre, 1960). Em 1845, mudou-se para o Ceará. Além de ter exercido a atividade médica, Théberge escreveu um trabalho pioneiro para a historiografia cearense, o *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*, editado por seu filho, o engenheiro Henrique Théberge no final do século XIX. Mas a sua ação não ficou restrita à Medicina, tampouco à função de Historiador. Pedro Théberge participou ativamente das problemáticas urbanas da cidade do Icó e de toda a Província. Foi um dos componentes da *Comissão de Obras da Casa de Câmara e Cadeia do Icó*, sendo o autor de um risco neoclássico para o edifício no ano de 1859. Projetou a fachada do Teatro do Icó, também com traço neoclássico, e um cemitério para a cidade ao lado da Igreja do Monte, além de elaborar um Mapa Topográfico da Província. Foi ainda o idealizador de uma companhia de transportes ligando o Icó à cidade de Aracati, no litoral, a Empresa União Cearense, que tinha por objetivo facilitar o transporte dos mais diversos gêneros pelo rio Jaguaribe.

Os relatórios da Comissão de Obras da Casa de Câmara e Cadeia do Icó

Os relatórios de obra da Casa de Câmara e Cadeia do Icó frisam a importância do edifício, datam um momento da construção da edificação, apresentam o programa adotado, os problemas de ordem construtiva enfrentados pelos componentes da Comissão, fazem referências aos sistemas construtivos, aos materiais empregados e suas procedências. Já os desenhos foram feitos em escala gráfica para serem

⁴ Documentos Freire Alemão – localização: I.28,8,38, Icó 25 de 8^{bro} de 1859 – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Sobre a Comissão Científica ver Porto Alegre (2006), Alemão (2006), Braga (2004).

apresentados ao Governador da Província, revelando o porte e o estado da obra no ano de 1858. De autoria de Pedro Théberge, eles apresentam um edifício com uma fachada de traço Neoclássico – não rigorosamente cumprido no momento da execução – a planta baixa, além do risco para o muro da entrada principal.

O primeiro relatório encontrado da Comissão de Obras da Casa de Câmara e Cadeia do Icó é de 16.06.1857. Nele, os membros da Comissão, os senhores Jozé Dias Azedo, Jozé Fructuoso Dias e o Doutor Pedro Théberge, acusaram o recebimento de um ofício de 25.05.1857, onde o Presidente da Província, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, afirmava que os gradis da cadeia, feitos na Fundição Starr, em Pernambuco, estavam prontos e seriam enviados para o Aracati, de onde sairiam para o Icó. A Comissão pediu que os gradis fossem remetidos pela Casa Pacheco Mendes, no Aracati, intermediadora da compra.

Seis meses se passaram e no dia 19.01.1858, os membros da Comissão enviaram outro relatório comunicando ao então Presidente da Província, João Silveira de Souza, que a obra estava muito adiantada. O “muro do recinto de 20 palmos” estava quase pronto. Também um novo calabouço já estava em pleno uso, embora bastante inseguro por falta das grades de ferro, que ainda não haviam chegado. Além do calabouço, o quarto do carcereiro estava levantado e coberto. Faltava cobrir o corpo da guarda e uma prisão militar. Contudo, o edifício principal da nova Casa de Câmara e Cadeia não estava concluído, pois não era possível levantar as paredes acima das alvenarias da velha prisão, onde seria locada a câmara, por falta das grades de ferro das janelas e portas, que ainda não haviam chegado. A Comissão requereu que se enviassem para a Casa Pacheco e Mendes as grades “que já devem estar feitas” ou se “mandasse remover os presos para outro lugar”. Diante da situação de emergência, o Presidente da Província despachou que se alugasse “uma casa segura” para remoção dos presos.

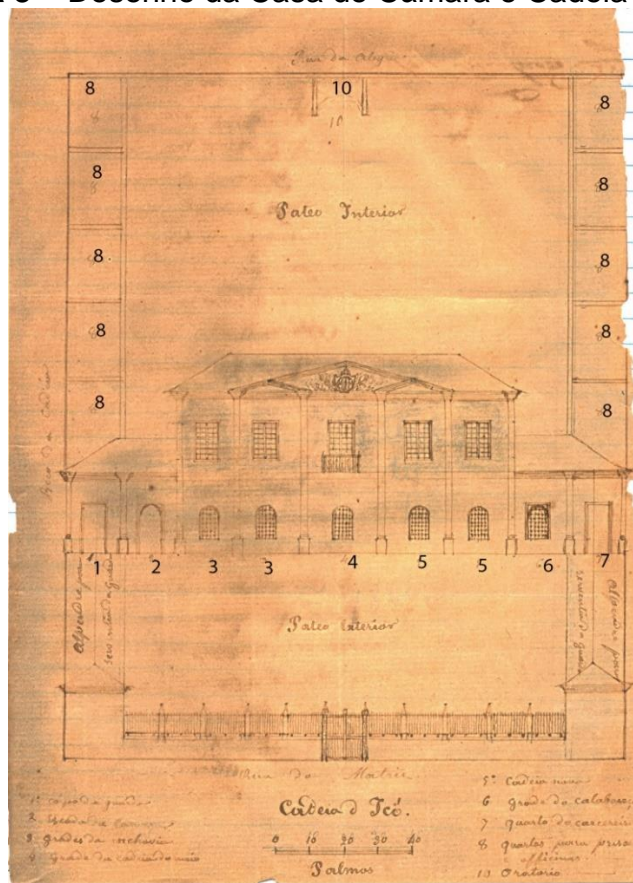
De acordo com o relatório de 7.06.1858, a Casa de Câmara e Cadeia do Icó já possuía em seu programa os dois pátios que hoje possui. O pátio posterior achava-se cercado por uma muralha, rebocado por fora, “de dous tijolos na altura de 22 palmos” e “inteiramente feixada por meio de uma porta de grade já assentada”. Faltava colocar as grades das prisões, levantar o pavimento superior em cima da antiga cadeia, onde iria funcionar a Câmara e rebocar o edifício, tanto por dentro como por fora. O material da cobertura já estava disponível para a sua execução.

Quatro meses depois, no relatório de 31.10.1858, a Comissão demonstrou preocupação quanto ao andamento da obra, receando sua ruína “quando pegar o inverno, por falta de se ter podido cobrir”. Além do mais, o material da construção encontrava-se exposto a céu aberto. De acordo com o documento, “uma abobada de 40 palmos em quadro, feita com barro” apresentava segurança até aquele momento, mas seria impossível que resistisse “à acção de chuvas abundantes, tanto mais que não há por onde escoem as agoas que nella se juntarem”.

Após nove meses, no dia 22.06.1859, a Comissão relatou sobre um grande impulso na obra com “o conto de reis” que lhes foi entregue pelo Governo Central no dia 4 de janeiro daquele ano. De acordo com o relatório, terminaram a “cadeia nova muito espaçosa”, entregaram “o corpo da guarda, e uma prisão militar, ainda incompletamente acabadas”, aprontaram o madeiramento da cobertura e “trataram de assentá-la”.

Até o dia 15.11.1859, levantaram a parede somente até o respaldo, assentando a cobertura sobre pilares, “por não haver dinheiro suficiente para fazer a cornija”. Com a telha existente cobriram somente a metade da casa. Mas na parte descoberta, o madeiramento ficou “exposto ao tempo e se estragando a olhos vistos”. Em decorrência da ausência de “goteiras [...], à falta da semalha”, as águas provenientes da chuva eram lançadas sobre as novas paredes, que estavam sem reboco, tanto podendo arruiná-las rapidamente como “expondo-as a desabar com o tecto sobre o grande numero de presos” que lá se achavam recolhidos. Além disto, acabariam as duas cadeias, “que se achavam quasipromptas, e daria à que se acha em serviço a segurança necessária, que lhe falta por não estar acabada”.

Por volta da mesma data, outubro de 1859, a Comissão enviou um risco do edifício, com o objetivo de despertar no Presidente da Província uma maior atenção em relação à construção e convencê-lo da necessidade de concluí-la urgentemente. O traço era de autoria do Doutor Pedro Théberge, diretor da obra (Fig. 03). O desenho era composto de uma planta baixa com a implantação da Casa de Câmara e Cadeia – locando os pátios interno e externo, as prisões laterais e o oratório – e de uma fachada, com traço neoclássico, para o edifício principal. De acordo com o documento, o “quadrilongo traçado no papel” representava o “risco no chão da praça”, onde se achava a cadeia. Toda a área já se encontrava cercada por uma “muralha grossa de 2 palmos, e altura de 22, inteiramente acabada”, salvo parte do reboco na parte posterior. O muro da frente possuía apenas 6 palmos de altura. O terreno tinha 200 palmos de fundo por 168 de frente.

Figura 3 – Desenho da Casa de Câmara e Cadeia do Icó⁵.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará.

O edifício principal da Casa de Câmara e Cadeia do Icó dividia o terreno em dois pátios⁶. O pátio anterior possuía 60 palmos de fundo, o posterior 100 palmos e o edifício, 40 palmos. O pátio posterior comunicava-se com o espaço interno do edifício através de uma porta de ferro localizada na extremidade direita da fachada posterior da edificação, e marcada com o número 7 no desenho de Théberge. Também no pátio posterior, encostados nos muros laterais, já haviam sido principiados 10 quartos marcados com o número 8, destinados a “servir de prisões especiaes, officinas, enfermarias e outros mysteres”. Faltava ainda concluir a cacimba aberta no centro do pátio. Ainda segundo o documento, o edifício possuía ao todo 168 palmos de frente, tendo a parte assobradada 100 palmos. Os 34 palmos de cada lado do sobrado eram compostos por casas térreas. As do lado direito correspondiam ao corpo da guarda – número 1 do desenho – e ao

⁵ Autor: Doutor Pedro Théberge. Legenda: 1 – Corpo de guarda. 2 – Escada da Câmara. 3 – Grades da Enxovia. 4 – Grades da Cadeia do Meio. 5 – Cadeia Nova. 5 – Grade do Calabouço. 7 – Quarto do Carcereiro. 8 – Quartos para prisões e oficinas. 10 – Oratório.

⁶ Barreto (1947), ao analisar a situação das Casas de Câmara e Cadeia no Brasil, faz referência à do Icó como a única que possuía um edifício central dividindo a área em dois pátios. A Casa de Câmara e Cadeia de Itapipoca, também no Ceará, encontrava-se no centro do terreno, organizando pátios externos que circundam a construção.

quarto onde se faria a escada, número 2. No lado esquerdo, o número 6 correspondia ao novo calabouço e o número 7 ao quarto que servia de “aposento ao carcereiro”, e onde se achava “a porta do calabouço e o portão de ferro” por onde se entrava para o pátio interno. Estas duas casas térreas estavam “acabadas e já servindo, faltando apenas rebocá-las por dentro e por fora”.

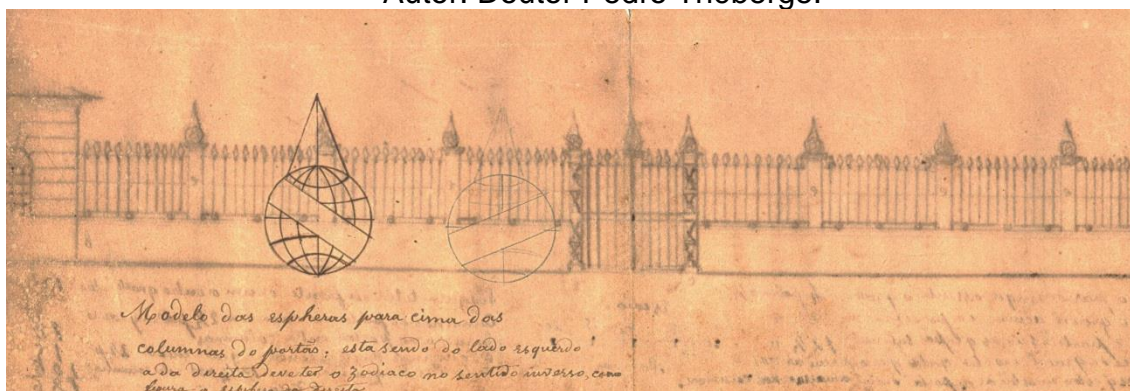
A parte superior do sobrado estava destinada à Casa da Câmara Municipal, seguindo o programa da grande maioria das Casas de Câmara e Cadeia do país. O pavimento foi dividido em três salas. A sala do meio possuía 60 palmos de frente por 40 de fundo, as das extremidades possuíam 22 palmos cada uma. A da esquerda funcionava como uma “antecâmara” e a da direita, “de sala para o conselho dos jurados e para arquivos”.

O pavimento inferior da edificação principal era composto – além das casas térreas que flanqueavam o sobrado – por três celas. As duas grades marcadas pelo número 3 correspondiam a uma cadeia “formadas pela reunião de duas das antigas”. A janela de número 4 pertencia a uma “cadeia antiga e larga de 18 palmos” quadrados e as de número 5, às novas cadeias. Todas estas prisões já possuíam as portas com gradis de ferro que abriam para o pátio interno e janelas correspondentes, também com gradis de ferro, na fachada principal. Toda a parte assobradada achava-se concluída, faltando o reboco e a cornija correspondente às três janelas da esquerda. Todo o madeiramento do teto, “tesouras, caibros e ripa” estava assentado “sobre pilares, faltando apenas cobrir com telhas”.

Para evitar “a ruína que ia causando a exposição das madeiras, todas de pau d’arco ao sol, e mais intempéries”, o Senhor Major José Frutuoso Dias, membro da Comissão, emprestou 200\$000 (duzentos mil réis) até janeiro de 1860, para a compra das telhas que faltavam. Além disso, os membros da Comissão alertaram para o perigo da falta da cornija, fazendo com que as águas das chuvas fossem despejadas “encima das paredes novas, feitas de barro, e ainda por rebocar”. Segundo a Comissão, no início de 1859 cobriu-se “o corpo da casa térrea da esquerda”, levantou-se tanto “o oitão da esquerda, de baixo até acima” como “as duas frentes correspondentes as 3 janellas da esquerda, de baixo até acima”, assentou-se “as grades do portão de ferro da cadeia nº 3”, acabou-se a “madeira da cobertura, que é toda de pão d’arco” assentando-a “sobre pilares” e cobriu-se “com a telha [...] parte da casa”.

Em 29.05.1860, a Comissão prestou contas ao Presidente da Província. Informou que concluiu “as paredes e fez a cornija [...] ao redor do edifício”, cobriu

Figura 5 - Verso da figura 4 - Modelo das esferas para cima das colunas do portão.
Autor: Doutor Pedro Théberge.



Fonte: APECE.

Em 27.05.1861, os membros da Comissão escreveram ao Presidente da Província, Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, que estavam assoalhando “a casa da Camara acima das prisões”. Fazia-se urgente a conclusão da “sala da camara” para dar início os “trabalhos do júri e das audiências”. Segundo o último relatório encontrado, o de 24.12.1861, a Comissão afirmou que em junho daquele ano havia informado ao Presidente da Província o estado em que se encontrava o edifício e novamente requereu “um gradil para a frente, um portão para a mesma”, além da varanda para a janela central, que ainda não havia chegado.

A CASA DE CÂMARA E CADEIA DE SOBRAL

A implantação do edifício da Casa de Câmara e Cadeia (meados do século XVIII).

Supõe-se que o ouvidor Dias e Barros tenha sido o responsável pela marcação do local da Casa de Câmara e Cadeia na Vila de Sobral, cerca de cinco anos depois da instalação da Vila⁷. Segundo Araújo (2015), em outubro 1778, houve a arrematação do contrato das obras da Cadeia, tendo sido concluída ainda em meados dos setecentos. Neste primeiro momento era um edifício térreo de planta quase quadrada com aproximadamente 46 palmos de lado.

Não obstante a situação em cota baixa do terreno, a localização da Câmara divide o espaço da Praça da Matriz com a da Municipalidade e propicia uma sequência visual dinâmica e teatral, tal como se vê hoje. O simbolismo esperado para o edifício

⁷ Cf. Carta do ouvidor do Ceará, José da Costa dias e Barros, à rainha apontando as causas da desordem na capitania e pedindo aprovação das fintas que estabeleceu. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará [1618– 1832]. AHU_ACL_CU_017.Cx.9.D.564.

clamava por seu pavimento superior materializado em sua forma final quase 100 anos depois da implantação.

A cadeia nova (início do século XIX) – As primeiras informações sobre o edifício.

Em 1787, já havia uma rústica Casa de Câmara e Cadeia, demandando ornamentos e concertos no telhado e em 1796, propunha-se uma expansão da cadeia e que se reconstruísse a Câmara. Esta ampliação resultou em duas estruturas conjugadas, que os documentos da primeira metade dos oitocentos irão se referir como cadeias *Velha* e *Nova*, sendo ambas partes de um mesmo prédio.

Talvez, tenha sido neste estágio de reconstrução que as autoridades visitantes da primeira metade do século XIX tenham encontrado a Casa da Câmara em Sobral. Tanto o Coronel de Engenheiros, José da Silva Paulet (1898), quanto o Pe. Francisco Antonio de Melo (1841 *Apud* FROTA, 1993) observaram que Sobral tinha uma Casa de Câmara por terminar.

Emblemático da longa temporalidade desta construção é a correspondência da Câmara da Vila do Sobral dirigida ao Presidente da Província em 25.05.1838, com cópias anexas de dois ofícios anteriores (17.09.1831 e 15.05.1834), demonstrando a “falta de meios pois athe aquellas m.^{mas} quantias q’ lhe tem sido conseguidas nas Leis de Orçam.^{tos} [...] na importância de hum Conto de reis não tem sido possível recebellas”. Os vereadores queixavam-se que a “Cadeia nova que se acha com paredes em estado de receber travejam.^{to} p.^a o a Sualho” que serviria às sessões da Câmara estava assim há mais de trinta anos. Àquela altura a obra por fazer estava avaliada em 3.535\$640 e repetia que a Câmara “não tem dinheiro e nem ou menos meios de ocorrer taes dispesas”.

O projeto do novo pavimento chegou a hasta pública no dia 28.07.1838, mas resolveu a Câmara tocar a obra por administração direta. Tal decisão foi comunicada ao Presidente da Província em ofício do dia 07.05.1839:

a Camara não anuindo por ser ditado desvantajoso aos intereces dam.^{ma}, resolveo em dita sessão se fisesse am.^{ma} obra debaixo de sua direção, ou de algum de seos membros que ella nomiasse in carregando para administrar a huma pessoa de sua confiança com a gratificação diaria que não excedesse a oito centos reis.

Tudo indica que a referida obra por administração direta não fora bem-sucedida. A próxima informação encontrada sobre a obra da Cadeia só aparece no relatório de uma comissão camarária de 13.05.1843, da qual participou o arquiteto, João Estevão

Seraine⁸, que descreve os problemas estruturais do prédio. O documento traz pistas mais seguras de sua morfologia. Com base nele, pode-se afirmar que se tratava inicialmente de um edifício térreo que fora expandido para oeste, com construção de uma empena sobre a parede externa que, por sua vez, tornara-se a divisória entre as cadeias nova e velha.

(...) que o oitão da dita casa está desaprumado inclinando do lado da Cadéa Velha; que deste desaprumamento provirão algumas rachaduras na nas duas frentes norte e sul, que a frente oposta ao oitão não está offendida; que as frentes Norte e Sul estão levemente rachadas (...).

Como a planta da cadeia velha era quase um quadrado, “tem [23?] palmos de largura entretanto que o edifício tem 46 palmos quadrados” supõe-se que o telhado inicial teria sido piramidal e, após a ampliação, a cumeeira seguiu reta, apoiando-se no oitão na nova fachada oeste, voltada para a Rua Nova do Rosário, atual rua Ernesto Deocleciano. Presume-se que foram deixados os rincões velhos descarregando parte de seu peso no encontro da nova empena divisória com as paredes norte e sul, que os técnicos identificaram como causa das rachaduras: “madeiramentos do tecto; q^e as tesouras por mal feitas, abrindo derão lugar q^e a tacanissa carregasse com o telhado sobre o oitão, q^e é feito de tijolo e meio de largura”⁹.

O salão da Câmara sobre a cadeia velha (metade do século XIX).

A intenção de construir o segundo piso para abrigar a Sala das Sessões da Câmara ainda estava em discussão na metade do século XIX. A Vila que fora elevada à categoria de Cidade em 1841, estava com o principal símbolo de sua autonomia municipal do período imperial ameaçando ruína e abaixo da altura dos telhados dos sobrados dos negociantes e pecuaristas. A Câmara oficiou ao Presidente da Província em 14.04.1849 “interessando-se pelo aformosamento material d’esta Cidade, pela segurança dos criminosos”, solicitando recursos para a finalização da obra.

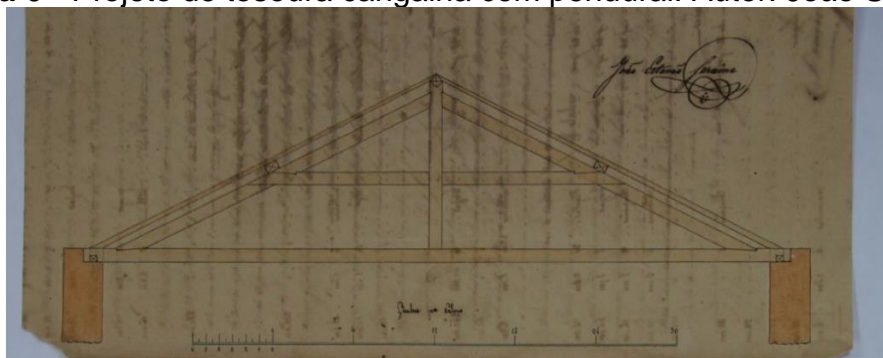
Os pleitos para evitar a ruína do edifício eram mais urgentes que a subida dos salões da Câmara, mas nem por isso os edis deixaram de perseguir esta intenção. Um

⁸ A comissão era composta por Anto. da Silva Ramos, Anto. José de Castro, Fco. Ferreira da Ponte Filho, Vicente José de Albuquerque e o engenheiro João Estevão Seraine. Jean Seraine, francês de nascimento, recebeu a naturalidade brasileira pelo Decreto Imperial No. 159, de 22.09.1840. Seraine trabalhou para o Governo da Província do Ceará na gestão do Presidente Alencar e passou a morar no Maranhão de onde se tem notícias dele a partir de 1846.

⁹ *Relatório das obras a fazer p.^a os consertos da Cadeia Nova da Cid.^e de Sobral*, 13.05.1843. APECE, Fundo: Câmaras Municipais, Série: Correspondências Expedidas, Local: Sobral, Data: 1830-1859, Cx. 82.

novo relatório foi feito em 20.04.1844 por uma comissão local de apenas dois residentes: novamente o engenheiro francês João Estevão Seraine e o português Cel. Domingos José Pinto Braga. A participação de Seraine foi certamente destacada devido à sua formação em relação ao seu companheiro de equipe. Apesar de estarem encarregados da feitura da planta, a comissão refere-se a apenas um desenho anexo do relatório: projeto de uma tesoura assinado por Seraine (Fig. 6).

Figura 6 - Projeto de tesoura cangalha com pendural. Autor: João Seraine.



Fonte: APECE.

A intenção da comissão resultaria em um edifício com um pavimento superior somente sobre a cadeia velha, continuando a parte nova apenas com o pavimento térreo.

A sala da Camara será soalhada com taboas de louro; e forada com taboas de pinho desdobrada, haverá nas janellas portas lisas de cedro e vidraçadas, por dentro portas inteira de feixar, as varandas serão soalhadas com taboas de páo d'arco, haverá nellas corrimãos de cedro, e maçanetas, uma porta de dois bastantes de cedro e lisa na entrada da sala, uma escada do q^e sera precisa p^a subir da sala da Camara velha á nova; A tacaniça da cadéa velha do lado da nova sera desmanchada, no seu lugar se pôrá uma cumieira, terças, caibros novo e a telha q^e precise (...)

O digrama da cobertura tinha, possivelmente, desenho em quatro águas na parte superior (salão da Câmara sobre a cadeia velha) e três águas na parte inferior (cadeia nova), como se deduz pela sugestão do uso de espigões:

O tecto sera desmanchado as madeiras apeadas, o carpina tornará a refazer as tesouras conforme a planta annexo no orçamento, -assentara duas vigas p^a receber as tesouras, duas cantoeiras, levantará o tecto, botando pontaletas em baixo dos espigões, pregará as ripas da taboas da cadea, emfim dará p^r prompt^o o tecto p^a receber telhas.

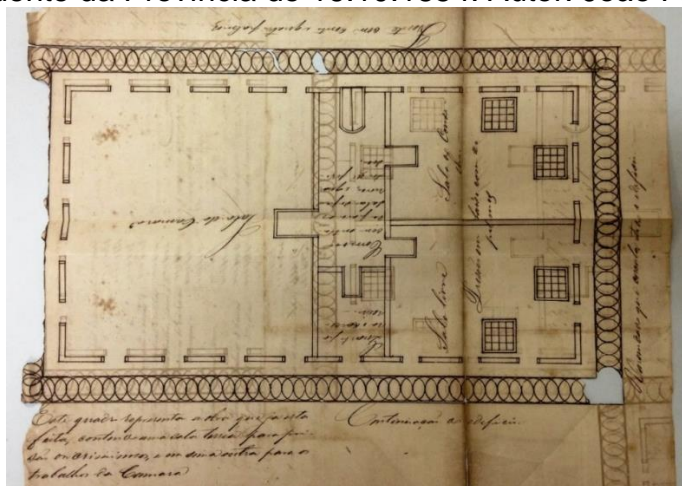
A cadeia nova, embora fosse mais arejada, continuou a demandar frequentes reparos. O problema crônico da obra estava no desenho da coberta e na má solução de encaixe das tesouras. A Sessão Ordinária da Câmara de Sobral do dia 20.07.1854 acusava a remessa de mais recursos provinciais, acompanhados de uma ordem para

priorizá-los na segurança prisional e só depois nas melhorias camarárias. Finalmente, o pavimento superior pôde ser concluído e em 08.04.1851, a cadeia foi solenemente entregue pela Câmara ao Delegado, Dr. Antonio Domingues da Silva “recentemente reconstruída, no andar térreo da sala das sessões” (ARAÚJO 2015, Vol. 3, p. 94). Estava, portanto, materializado o projeto de Seraine idealizado em 1844.

A Casa da Câmara e Cadeia com dois pavimentos inteiros (segunda metade do século XIX).

Faltava ainda dar forma final ao edifício, completando o pavimento superior na porção oeste sobre a cadeia nova. O projeto da solução de um pavimento completo com orçamento datado de 16.10.1854 foi encaminhado à Presidência da Província. A missiva não continha relatório técnico, contudo as informações escritas na planta são esclarecedoras e permitem uma clara noção da morfologia do edifício àquela época, confirmando a hipótese de que havia um pavimento superior somente sobre a cadeia velha (Fig. 7).

Figura 7 - Planta da Casa de Câmara e Cadeia de Sobral. Anexo do Ofício da Câmara de Sobral ao Presidente da Província de 16.10.1854. Autor: João Francisco de Oliveira.



Fonte: APECE.

Não há assinatura na prancha e, pelo traço, não se pode atribuir a autoria do desenho a Seraine. O método de representação empregava projeção ortogonal tendo a planta como referência principal, rebatendo em vista alguns elementos em uma única imagem. Há uma inscrição na parte inferior do desenho que evidencia a intenção dos dois pavimentos: “Este quadro representa a obra que está feita, contendo uma sala térrea para prisão dos criminosos, e em cima outra para os trabalhos da Camara”.

O autor do desenho seria certamente um profissional local, como se extrai da prestação de contas apresentada na sessão camarária do dia 13.01.1860: “o 4º recibo de João Francisco de Oliveira de 40\$000 reis – pelo risco da planta, medidas e modelos para as varandas (...)”

Com base na documentação primária estudada não foi possível afirmar a data da conclusão deste estágio da obra, sendo o ano de 1860 uma data provável, devido às duas prestações de contas próximas (13.01 e 11.04.1860). A obra não teve o mesmo o ritmo desde então, chegando mesmo a ficar parada como atestam os registros de 1865, havendo um hiato de informações até 1870, quando se evidencia outro momento da edificação.

A forma final da Casa da Câmara e Cadeia (meados do século XIX).

Na sessão de 11.04.1870 os vereadores tomaram ciência que o Presidente da Província enviara a Sobral o engenheiro Jorge Hermano Augusto Ehrhardt para traçar a estrada pra Granja e logo decidiram contratá-lo para outros serviços, encomendando a uma planta da Cidade e, possivelmente, outra para o prédio da Câmara.

Expor o Sen'r Presidente que não estando a planta aceita por esta camara nas condições de satisfazer o embellesamento da edificação desta mesma Camara no sentido de levantar-se uma planta por pessoa competente, e autorização do Presidente da Província para desprender-se a quantia de quinhentos mil reis com o levantamento da planta e aproveitando a presença de um engenheiro nesta cidade autorisou ao Sen'r Domingos José de Saboia e Silva (a quem ja tendo encarregado para convidar um engenheiro a esta Cidade), para contractar a referida planta, a que se for feita pela quantia de 400\$000 réis dando logo 200\$000 reis e 200\$000 reis, quando estiver concluído o trabalho.

A planta citada não foi encontrada nem tampouco descrições da obra, o que nos leva considerar a materialidade construída da atual Casa de Câmara como fonte primária. Destaca-se a erudição de suas fachadas, com platibanda decorada à Bonaparte, onde se fixam as Armas do Império, declaradamente uma influência da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro (Fig. 8).

Figura 8 - Casa de Câmara e Cadeia de Sobral na primeira metade do século XX.



Fonte: ROCHA (2017).

É razoável supor que se trata de obra projetada por um profissional tecnicamente qualificado, recaindo esta hipótese sobre o engenheiro Jorge Hermano Augusto Ehrhardt. A quantidade das envasaduras deve ter sido alterada por ocasião deste último projeto que teve características mais estéticas e simbólicas do que funcionais. Segundo Liberal de Castro (1973) o edifício recebeu telhas do tipo francesa no século XX.

Notas conclusivas

As principais fontes primárias relativas à construção das Casas de Câmara e Cadeia de Icó e Sobral, disponíveis no APECE e no NEDHIS, permitiram reconstituir dia a dia da obra da construção destas edificações e conhecer a autoria do seu risco.

O programa adotado em ambas Casas de Câmara e Cadeia seguiu o esquema de suas congêneres no Brasil. No caso do Icó, a exceção se dá pela adoção dos pátios internos e externos. Os edifícios, como objetos de arquitetura representativos da autoridade provincial, revelaram uma persistência programática das diretrizes portuguesas para o espaço de suas vilas, ainda do período colonial, durante o século XIX.

Em ambas as edificações os problemas de ordem construtiva deviam-se à falta de material decorrente dos altos custos. Em Icó, a problemática construtiva associava-se as longas distâncias em relação a Aracati, a Fortaleza e a Pernambuco. A mão de obra, excetuando aquela relativa à execução dos gradis de ferro, não aparecia como uma problemática para a Comissão das obras em Icó. Já em Sobral a má execução das tesouras pelo carpina foi apontada como um dos motivos dos danos estruturais das tacaniças sobre a alvenaria.

Os dois edifícios aproveitam as alvenarias da antiga cadeia para construção do andar superior. Em Icó, o primeiro pavimento do novo prédio seguia simetricamente o

desenho da antiga cadeia e também foi construído em alvenaria de pedra. O segundo pavimento foi executado em alvenaria de tijolo. Não ficou clara a origem do madeiramento em pau d'arco da coberta. Como cobertura do primeiro pavimento da edificação no Icó, foi executada uma abóbada de pedra e barro. Sobre a abóbada, posteriormente foi lançado o madeiramento para o tabuado do piso. A abóbada de pedra e barro, como técnica construtiva, pode ser encontrada em outros edifícios oitocentistas do interior do Ceará durante o século XIX, como a nave da Igreja Matriz de Tauá, na região dos Inhamuns.

Em ambas as edificações um vocabulário neoclássico fora utilizado – o uso das cornijas e cimalthas – evidenciando a preocupação local de romper com as tradições construtivas coloniais, no compasso do que já acontecia em outras regiões do Brasil, como em Pernambuco com Vaultier ou desde o início do século no Rio de Janeiro, depois da vinda da família Real. Além do vocabulário, o próprio traço neoclássico das edificações – no caso de Icó de autoria do Dr. Pedro Théberge e em Sobral no desenho da platibanda supostamente projetado por Ehrhardt – anuncia a circulação dos novos padrões estéticos para a Província.

Comparando-se o que foi proposto por Théberge com o que hoje existe, muito pouco foi de fato não executado. Do desenho original faltam as pilastras. Os acréscimos mais evidentes são os arcos ogivais das janelas no segundo pavimento, os elementos decorativos com formas arredondadas que coroam os vértices da edificação e mais algum ou outro elemento que de forma alguma descaracteriza a volumetria proposta nos meados do século XIX. Da mesma forma em Sobral, o atual edifício mantém a forma fixada em meados do oitocentos.

Ao contrário do que sempre se supôs, as Casas de Câmara e Cadeia tanto do Icó como de Sobral foram finalizadas antes da grande seca de 1877, não tendo sido, portanto, usada mão de obra dos retirantes da seca.

Referências

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato, 1859. Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia sobralense**. 2.ed. Fortaleza: Ecoa, 2015.

BARRETO, Paulo Thedim. *Casas de Câmara e Cadeia*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 11, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1947.

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

CASTRO, José Liberal de (Org.). **Sobral, 200 anos**: Exposição Comemorativa. Sobral: 1973.

CEARÁ. *Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará apresentou, no dia da abertura da sessão ordinária de 1857, o Excelentíssimo Senhor Coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, terceiro Vice-Presidente da mesma província*. Typographia Cearense, 1857.

FROTA, José Tupinambá da. **História de Sobral**. 3. Ed. Fortaleza: IOCE, 1995.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 – 1841*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **Primórdios da urbanização no Ceará**. Fortaleza: UFC/Banco do Nordeste, 2012.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Pedro (Pierre) Théberge. Um médico francês à Icó, Sertão de la province du Ceará – Brésil, milieu XIX^e siècle. In: *Les Français au Brésil XIX^e - XX^e siècles*. Laurent Vidal e Tania de Luca (Org.). 2^e édition augmentée. Les Indes Savant. Paris. 2016

LAVOR, Yuri Guedes de. *Pierre François Théberge em riscos de vida Neoclássicos/Barrocos na Ribeira dos Icó*. TCC apresentado à Coordenação de História da Universidade Federal do Cariri, em cumprimento às exigências parciais para obtenção do título de graduado em História. Icó. 2016

PAULET, Antonio José da Silva. *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará*. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XII, p. 5-33, 1898.

INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5., 1968, Coimbra. *Anais...* Coimbra: Faculdade, 1968.

ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **Contribuição para o estudo do desenho urbano de Sobral**: século XIX. 2017. 355 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

STUDART, Barão de. **Datas e factos para a história do Ceará**. Edição fac-sim. Fortaleza. Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

STUDART, Barão de. *Extrangeiros e o Ceará*. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXXII, p.191-274, 1918. Disponível em: <<http://goo.gl/YhyeJQ>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

THÉBERGE, Pedro (Dr.). *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Tomo I. Ed. Fac-sim. 1895. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. (Coleção Biblioteca Básica Cearense).

_____. *Extractos dos assentos do antigo senado do Icó, desde 1738 até 1835.* Colligidos nos arquivos do Icó, Aracaty, Fortaleza, etc. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, t.25, ano 25, p. 224, 1911.

Fontes Primárias

Carta do ouvidor do Ceará, José da Costa dias e Barros, à rainha apontando as causas da desordem na capitania e pedindo aprovação das fintas que estabeleceu. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará [1618– 1832]. AHU_ACL_CU_017.Cx.9.D.564.

Documentos Freire Alemão. BN.

Livro de Atas da Câmara de Sobral - NEDHIS.

Ofícios da Câmara de Sobral ao Presidente da Província. APECE.

Planta da Casa de Câmara e Cadeia de Sobral. APECE

Relatórios da Comissão de Obras da Casa de Câmara de Cadeia da Cidade do Icó. APECE.

Relatório das obras a fazer p.^a os consertos da Cadeia Nova da Cid.^e de Sobral. APECE

Relatório sobre a obra da Cadea de Sobral. APECE.

Clovis Ramiro Jucá Neto

Professor Associado de Arquitetura do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFC e do Programa de Pós-graduação em História (UFC). Pós-doutorando na Universidade Nova de Lisboa. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Estágio de doutoramento na Universidade do Porto/Portugal. Pesquisador do Centro de Estudos do Além-Mar (CHAM).

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/8989405810173670>

Herbert de Vasconcelos Rocha

Professor dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Inta (UNINTA) e Centro Universitário Sete de Setembro (UNI7). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU+D da UFC.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/4035309357072925>

Artigo recebido em: 20 de Julho de 2021.

Artigo aprovado em: 14 de setembro de 2021.